

PROCESSO - A. I. Nº 232185.0042/07-3
RECORRENTE - ALÔ BAHIA LTDA. (SUPERMERCADO ALÔ BAHIA)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0131-04/08
ORIGEM - INFAZ BOM JESUS DA LAPA
INTERNET - 24/09/2010

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0305-12/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PARCELAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Diante do fato de o contribuinte ter efetuado o parcelamento integral do débito lançado no Auto de Infração, fica caracterizada a perda do interesse recursal, restando prejudicada a análise do recurso interposto. Destarte, fica extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JJF nº 0131-04/08), que julgou Procedente em Parte a presente autuação, lavrada em 20/03/2007, para exigir ICMS no valor de R\$23.207,03, tendo sido alvo do Recurso as seguintes infrações:

1. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor de caixa.
3. Omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços decorrentes do não-lançamento do documento fiscal nos livros fiscais próprios.

O autuado apresentou defesa, fls. 123 a 128, arguindo, preliminarmente, a nulidade do Auto de Infração, sob a justificativa de que a metodologia adotada pelo autuante torna impossível a determinação do montante do débito tributário. Procedeu argumentos contestando o mérito das infrações 1 e 3, concluindo com o pedido de nulidade ou improcedência do Auto de Infração em epígrafe.

Um Auditor Fiscal estranho ao feito prestou informação fiscal às fls. 298 e 299, uma vez que o autuante não mais se encontra em exercício na inspetoria e concluiu opinando pela procedência parcial do presente Auto de Infração.

O autuado voltou a manifestar-se às fls. 380 a 382, reiterando todos os argumentos já apresentados na defesa, além de requerer perícia contábil.

A 4ª Junta de Julgamento Fiscal exarou sua Decisão a respeito do caso em lide, negando, inicialmente, o pedido de diligência formulado pelo sujeito passivo, haja vista que os elementos constantes dos autos foram suficientes para a formação do seu juízo de valor e após análise desses elementos acostados aos autos, concluiu reformando a autuação, para julgar procedente em parte o Auto de Infração em epígrafe.

O presente PAF foi encaminhado à PGE/PROFIS para Parecer opinativo, que, após análise dos autos opinou pelo Improvimento do Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte.

A 2ª CJF, na assentada de julgamento encaminhou, por unanimidade, o processo à ASTEC, em diligência, a fim de promover revisão de cálculo em relação à infra para proceder vinculações entre os boletos de cartões de crédito e documentos fiscais, além de aplicar a proporcionalidade prevista no art. 122, § 1º, do RPAF/99.

Após cumprida a diligência da ASTEC, foi dado conhecimento do resultado da diligência ao auditor e ao contribuinte. Diante do resultado o contribuinte interpôs petição às fls. 580 a 584 dos autos, reiterando os termos do pleito recursal para que seja declarada nula e/ou improcedente a autuação.

Em seguida, constata-se nos autos, às fls.589 a 591, que o contribuinte resolveu proceder ao parcelamento total do débito remanescente do julgamento, ou seja, R\$ 16.611,24, em relação ao valor da atuação original. Portanto, excluiu-se o valor de R\$6.695,79 afastado pela 1ª Instância do valor original da infração 1, julgada parcialmente procedente.

VOTO

Compulsando os autos, verifiquei que o autuado reconheceu o débito fiscal julgado em 1ª instância no valor de R\$16.611,24 e valendo-se do benefício instituído pela Lei Estadual nº 11.908/10, firmou parcelamento, nos termos consignados nos autos, remanescendo ainda no SIGAT/SEFAZ o valor de R\$ 6.595,79 que deve ser de pronto afastado, já que, tal valor foi excluído pela 4ª JJF do valor da infração 1, inclusive não tendo havido Recurso de Ofício desta Decisão de 1ª Instância. Por conseguinte, resta PREJUDICADO o Recurso Voluntário, extinguindo-se o presente Processo Administrativo Fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fins de homologação do pagamento dos valores já efetivamente recolhidos e o acompanhamento do parcelamento.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **232185.0042/07-3**, lavrado contra **ALÔ BAHIA LTDA. (SUPERMERCADO ALÔ BAHIA)**, devendo o recorrente ser cientificado da presente Decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação dos pagamentos efetuados com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, acompanhamento do processo de parcelamento de débito.

Sala de Sessões do CONSEF, 08 de setembro de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

CARLOS HENRIQUE JORGE GANTOIS – RELATOR

ALINE SOLANO SOUXZA CASALI BAHIA – REPR. DA PGE/PROFIS